

CARTA COMPROMISSO: CRISTÃOS CONTRA BETS

Fundamentação técnica: parecer técnico independente sobre diagnóstico, direito comparado e recomendações de política pública em matéria de apostas de quota fixa (bets), que acompanha esta carta ([acesse aqui](#)).

Acesse a página da campanha em: <https://justicapublica.com.br/cristaos-contras-bets>

PREÂMBULO

A proteção da família e do próximo é um princípio cristão. Antes de qualquer divisão doutrinária, tradição eclesial, visão política ou sobretudo cálculo eleitoral, somos o povo que aprendeu que o amor (a Deus e ao outro) é a síntese de nossa fé. É esse princípio — não uma bandeira partidária, nem uma pauta de nicho religioso — que motiva esta carta.

O Brasil vive hoje um fenômeno social e econômico de escala expressiva e crescimento acelerado: as bets, regulamentadas em 2023, hoje movimentam 37 bilhões de reais por ano e alcançam mais de 25 milhões de apostadores em plataformas legais.

A conta chegou, e não é barata. 38,8 bilhões de reais em: perdas por suicídios adicionais; perda de qualidade de vida associada a quadros depressivos; custos de tratamento; seguro-desemprego; custos de encarceramento por crimes relacionados a apostas; perdas associadas a situações de rua, dentre outras. Nem somando tudo que as bets arrecadaram em 2025 essa conta fecha no azul.

O Brasil não carece de diagnóstico técnico sobre o problema. Faltou, até aqui, a conversão desse diagnóstico em compromisso público, verificável e sustentado ao longo do tempo — inclusive quando o ciclo eleitoral já tiver passado. É esse o papel que esta carta-compromisso busca cumprir: reunir, em torno de um mesmo conjunto de compromissos concretos, tanto candidatos à Presidência da República quanto uma base heterogênea de igrejas, organizações e lideranças cristãs, demonstrando que a proteção das famílias brasileiras diante desse fenômeno pode ser, ao mesmo tempo, moralmente exigente e tecnicamente responsável.

Esta carta não pede a nenhum candidato que adote uma convicção religiosa que não é sua. Pede um compromisso público com oito medidas concretas, tecnicamente fundamentadas e já ancoradas, em grande parte, em decisões judiciais, mecanismos administrativos já em funcionamento ou projetos de lei já em tramitação avançada no Congresso Nacional — descritos em detalhe no parecer técnico que fundamenta este documento.

Os evangélicos se unem nesta carta para propor um Brasil melhor para todos os brasileiros.

O COMPROMISSO

Eu, abaixo firmado, candidato à Presidência da República do Brasil na eleição de 2026, reconhecendo a gravidade social e econômica do fenômeno das apostas de quota fixa (bets) no país, comprometo-me, se eleito, a adotar as seguintes medidas durante meu mandato (2027-2030):

- 1 Fortalecer a fiscalização e o combate ao mercado ilegal de apostas.** Nos primeiros cem dias de mandato, determinar à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), em atuação conjunta à Anatel e ao Banco Central, que formalizem metas públicas trimestrais de bloqueio de sites ilegais e de fechamento de contas bancárias vinculadas a apostas não licenciadas, com a taxa de reincidência de novos domínios como métrica central de acompanhamento. Apoiar publicamente a aprovação, pelo Congresso Nacional, de legislação que confira base legal permanente a esse mecanismo de cooperação interinstitucional, hoje sustentado apenas por acordo administrativo.
- 2 Garantir o cumprimento efetivo da decisão do Supremo Tribunal Federal que veda o uso de benefícios sociais em apostas.** Determinar ao Ministério da Fazenda e à SPA que apresentem, junto ao Banco Central, em prazo público definido, o desenho técnico e operacional do bloqueio de uso de recursos do Bolsa Família e do BPC em plataformas de apostas — e publicar relatório público trimestral com os resultados obtidos, incluindo volume de transações bloqueadas e tempo médio de resposta.

- 3 Consolidar e ampliar a Plataforma Centralizada de Autoexclusão.** Definir metas públicas de adesão à autoexclusão nacional e sustentar campanha contínua de divulgação, reconhecendo que a maturação desse tipo de instrumento é gradual. Determinar a integração técnica entre a lista de autoexcluídos e o mecanismo de bloqueio de sites ilegais já operado pela Anatel — uma medida ainda não implementada por nenhum dos países hoje mais avançados nessa política, e que o Brasil está em posição de pioneirar.
- 4 Implementar, de forma faseada e com salvaguardas de proteção de dados, verificação de risco financeiro para apostas desproporcionais à renda.** Enviar ou apoiar no Congresso Nacional a base legal necessária para o compartilhamento de dados entre instituições financeiras, o Banco Central e a SPA, começando por um piloto restrito a beneficiários de programas sociais federais — população já identificada como desproporcionalmente exposta ao problema — antes de qualquer expansão, e com participação de órgão de proteção de dados ou defensoria pública no desenho das salvaguardas.
- 5 Assegurar financiamento dedicado e transparente à prevenção e ao tratamento do jogo problemático.** Apoiar ou enviar ao Congresso Nacional legislação que reserve percentual mínimo e não negociável da arrecadação tributária ou de outorga do setor de apostas ao Sistema Único de Saúde, especificamente para prevenção e tratamento — garantindo que essa finalidade não seja apenas mais uma linha em disputa orçamentária com outras prioridades.
- 6 Apoiar a regulação da arquitetura e do design das plataformas de apostas.** Manifestar apoio à aprovação da legislação já em tramitação avançada no Congresso Nacional ou outra semelhante que classifique e restrinja produtos de apostas de risco elevado, incluindo jogos de resultado quase instantâneo (PL 2.470/2026). Determinar à SPA que regule, em complemento, a exigência de auditoria externa independente de algoritmos e a vedação a mecanismos de design com efeito comprovadamente compulsivo.
- 7 Apoiar a transição da publicidade de apostas de autorregulação para correção com força de lei.** Manifestar apoio público à legislação em tramitação ou outra semelhante que restrinja a publicidade de apostas em múltiplos canais, vede a aquisição de direitos de transmissão esportiva por operadoras, proíba apostas a crédito e institua quarentena para trânsito entre a indústria e cargos regulatórios. Determinar à SPA a aplicação efetiva das sanções administrativas correspondentes assim que a legislação for aprovada.

- 8** **Assumir compromisso público de atualização contínua das políticas de proteção, à luz de evidências.** Publicar, anualmente, relatório público sobre o cumprimento dos oito compromissos assumidos nesta carta, e comprometer-se a rever as políticas adotadas à luz de indicadores oficiais sobre o setor à medida que forem publicados pelos órgãos competentes.

TRANSPARÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

O Justiça Pública, em parceria com a Aliança Cristã Evangélica Brasileira e as organizações signatárias desta carta, compromete-se a acompanhar publicamente o cumprimento destes oito pontos ao longo do mandato de quem os subscrever, publicando boletins periódicos de monitoramento acessíveis a qualquer cidadão. O compromisso aqui firmado não se extingue com a eleição: seu cumprimento poderá e deverá ser verificado por toda a sociedade brasileira, ano após ano.

ASSINATURA

NOME COMPLETO

CHAPA / PARTIDO

LOCAL E DATA